21º SIMULADO OAB 2014.1

31 DE JANEIRO DE 2014

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9hs e encerramento às 12hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:30hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ no corredor do 9º andar, além de ser enviado por e-mail, a partir das 13hs, do dia do Simulado.
12. Impugnações e recursos deverão ser realizados por escrito e encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13hs do dia 31/jan e extinguir-se-á às 13hs do dia 03/fev. O resultado das impugnações e dos recursos será divulgado no dia 05/fev.
13. O resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail até às 18hs do dia 05/fev.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Cronograma**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DIA** | **HORA** | **EVENTO** |
| 31/Jan | 9h - 12h | Simulado |
| 31/Jan | A partir de 13h | Divulgação do gabarito |
| 03/Fev | Até às 13h | Prazo para Impugnação/ Recurso |
| 05/Fev | Até às 13h | Resultado da Impugnação/Recurso |
| 05/Fev | Até às 18h | Resultado Final Oficial |

**Administrativo**

**1. As contas do Prefeito do Município X não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Dentre outras irregularidades, apurou-se o superfaturamento em obras públicas. Sobre o controle exercido pelas Cortes de Contas, assinale a afirmativa correta.**

(A) A atuação do Tribunal de Contas configura exemplo de controle interno dos atos de Administração Pública.

(B) A atuação do Tribunal de Contas do estado somente será possível até que haja a criação de um Tribunal de Contas do Município, por lei complementar de iniciativa do Prefeito.

(C) O parecer desfavorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado pode ser superado por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

(D) As contas do Prefeito estarão sujeitas a atuação do Tribunal de Contas somente se houver previsão na Lei Orgânica do Município.

**2. Com relação ao processo administrativo federal, assinale a opção correta.**

(A) Não se admite a intimação fictícia.

(B) Não pode admitir a legitimidade de associação para a defesa de direitos ou interesses difusos.

(C) Não pode uma autoridade hierárquica superior delegar a uma autoridade inferior o poder de decidir, em primeira instância, os processos administrativos de sua competência não exclusiva.

(D) Ao processo em apreço não se aplica o princípio que veda a reformatio in pejus.

**3. Com relação à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.**

(A) A servidão administrativa é uma forma de intervenção restritiva do Estado na propriedade que afeta as faculdades de uso e gozo sobre o bem objeto da intervenção, em razão de um interesse público.

(B) A requisição administrativa é uma forma de intervenção supressiva do Estado na propriedade que somente recai em bens imóveis, sendo o Estado obrigado a indenizar eventuais prejuízos, se houver dano.

(C) A limitação administrativa é uma forma de intervenção restritiva do Estado na propriedade que afeta o caráter específico e individualizado a proprietários determinados, sem afetar o caráter absoluto do direito de propriedade.

(D) O tombamento é uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada que possui como características a conservação dos aspectos históricos, artísticos, paisagísticos e culturais dos bens imóveis, excepcionando-se os bens móveis.

**4. A autorização de uso de bem público por particular caracteriza-se como ato administrativo.**

(A) Unilateral, discricionário e precário, para atender interesse predominantemente particular.

(B) Discricionário e bilateral, ensejando indenização ao particular no caso de revogação pela administração.

(C) Bilateral e vinculado, efetivado mediante a celebração de um contrato com a administração pública, de forma a atender interesse eminentemente público.

(D) Discricionário e unilateral, empregado para atender a interesse predominante público, formalizado após a realização de licitação.

**5. Uma concessionária de serviço público, em virtude de sua completa inadequação na prestação do serviço, não consegue executar o contrato.**

**Neste caso, segundo a Lei n. 8.987/95, poderá ser declarada, a critério do poder concedente, a extinção do contrato por:**

(A) revogação

(B) caducidade

(C) anulação

(D) encampação

**6. Assinale a opção correta conforme a Lei de Improbidade (Lei n. 8.429/1992).**

(A) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da lei além do limite do valor da herança.

(B) Se houver fundados indícios de responsabilidade, será cabível o arresto dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

(C) Proposta a ação de improbidade, é permitido o acordo, a transação ou a conciliação.

(D) É cabível a indisponibilidade dos bens do indiciado quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito.

**7. São considerados agentes públicos todas as pessoas físicas, sob remuneração ou não, definitiva ou transitoriamente, no exercício de função ou atividade pública.**

**Assim, é correto afirmar que os notários e registradores são:**

(A) agentes públicos ocupantes de cargo efetivo e se aposentam aos 70 (setenta) anos de idade.

(B) agentes públicos vitalícios, ocupantes de cargo efetivo, e não se aposentam compulsoriamente.

(C) delegatários de serviços públicos aprovados em concurso público.

(D) os notários e registradores são delegatários de serviços públicos, investidos em cargos efetivos após aprovação em concurso.

**8. Tendo o agente público atuado nesta qualidade e gerando dano a terceiro, por dolo ou culpa, vindo à administração a ser condenada, terá esta o direito de regresso. A respeito da ação regressiva, é correto afirmar que:**

(A) o prazo prescricional será o mesmo constante da esfera penal para o tipo criminal correspondente.

(B) em regra deve ser exercida, sob pena de afronta ao princípio da indisponibilidade.

(C) a prescrição será decenal, com base na regra geral da legislação civil.

(D) o prazo prescricional tem início a contar do fato que gerou a ação indenizatória contra a Administração.

**9. Sendo o contrato administrativo nulo, é correto afirmar que:**

(A) seu reconhecimento não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado de boa-fé, por tudo o que este houver executado e por outros prejuízos comprovados.

(B) a declaração de nulidade não opera retroativamente, obrigando o contratado a indenizar a Administração pelos danos por esta sofridos.

(C) a declaração não opera retroativamente, respeitando o direito adquirido ao término do contrato, caso tenha o contratado iniciado sua execução.

(D) que essa nulidade só produz efeitos se o contrato for de valor superior a 100 (cem) salários mínimos, caso o contratado tenha iniciado a sua execução.

**10. A revogação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo.**

**Quanto a esse instituto, é correto afirmar que:**

(A) pode se dar tanto em relação a atos viciados de ilegalidade, ou não, desde que praticados dentro de uma competência discricionária.

(B) produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo, de forma a nunca ter existido.

(C) pode se dar em relação a todos os atos, inclusive aos discricionários, produzindo ora efeitos *ex tunc*, ora efeito *ex nunc*.

(D) apenas pode se dar em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos *ex nunc*.

**Constitucional**

**11. A competência para processar e julgar originariamente Deputado Estadual por crime federal é do:**

(A) Supremo Tribunal Federal.

(B) Superior Tribunal de Justiça.

(C) Tribunal de Justiça.

(D) Tribunal Regional Federal.

**12. Com relação ao controle de constitucionalidade, marque a alternativa correta:**

(A) Somente o STJ realiza controle difuso de constitucionalidade no país.

(B) Não há controle incidental com base na Constituição estadual.

(C) O Procurador Geral da República é legitimado ativo universal para a propositura das ações diretas.

(D) O cidadão pode ser autor da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

**13. Com relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:**

(A) Controvérsia sobre matéria de direito não impede a concessão de mandado de segurança,

(B) É inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança.

(C) Não é cabível mandado de segurança contra lei em tese.

(D) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

**14. Com relação aos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:**

(A) O brasileiro naturalizado não pode ocupar o cargo de Deputado Federal, privativo de brasileiro nato.

(B) Não há direito fundamental à alimentação na Constituição de 1988.

(C) A Constituição de 1988 garante às pessoas jurídicas exatamente os mesmos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros.

(D) A dissolução das atividades de uma associação depende de decisão judicial, em nome do princípio da reserva de jurisdição.

**15. Assinale a opção correta acerca da organização político-administrativa brasileira.**

(A) Em matéria de competência legislativa concorrente, a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrária.

(B) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

(C) A CF adotou como princípio da organização política brasileira a possibilidade do direito de secessão.

(D) Compete concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre direito processual civil.

**16. Sobre a Reforma da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**

(A) Não se admite proposta de emenda tendente a abolir a obrigatoriedade de comparecimento às urnas nas eleições.

(B) As propostas de emendas serão aprovadas em sessão unicameral de Deputados e Senadores, desde que por meio de três quintos dos votos dos respectivos membros.

(C) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

(D) As emendas constitucionais não poderão ser promulgadas durante a intervenção dos Estados em seus Municípios.

**17. Acerca do Poder Executivo, assinale a opção correta.**

(A) O presidente da República é julgado pelo Senado Federal pelos crimes comuns.

(B) Compete ao STF processar e julgar originariamente a ação popular proposta contra ato do Presidente da República.

(C) Compete ao presidente da República sancionar ou vetar emendas ao texto constitucional.

(D) Não há prisão do presidente da República em caso de flagrante de crime inafiançável ou afiançável.

**18. Assinale a alternativa correta:**

(A) Dentre os casos de suspensão dos direitos políticos, encontra-se expressamente previsto na Constituição a hipótese de condenação em processo de improbidade administrativa.

(B) Somente o brasileiro nato é elegível para todos os cargos eletivos do país, com a exceção dos estrangeiros que tenham residência permanente no País que também podem se candidatar ao cargo de Presidente da República.

(C) São inelegíveis relativamente os primos dos titulares de mandato eletivo do chefe do Executivo em razão da inelegibilidade reflexa.

(D) No direito constitucional brasileiro, como o analfabeto não goza de capacidade eleitoral passiva, sendo inelegível absolutamente para concorrer a qualquer cargo eletivo, podemos concluir que o sufrágio é capacitário.

**19. De acordo com o processo legislativo brasileiro e as espécies normativas, assinale a opção correta.**

(A) A iniciativa popular de apresentação de projetos de lei é permitida no âmbito do processo legislativo federal, estadual e municipal.

(B) O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de iniciativa do STF.

(C) Com relação às leis delegadas, a delegação ao Presidente da República terá a forma de decreto legislativo do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

(D) Não se admite a edição de medidas provisórias no âmbito estadual e municipal.

**20. No que se refere aos remédios constitucionais, assinale a opção correta.**

(A) A ação popular pode ser ajuizada por pessoa jurídica para a proteção do patrimônio público estatal, da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

(B) A ação civil pública somente pode ser ajuizada pelo MP, segundo determina a CF.

(C) O mandado de injunção pode ser impetrado também na via coletiva.

(D) O habeas data pode ser impetrado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento na esfera administrativa.

**Deontologia**

**21. Paulo, bacharel em Direito, exerceu relevantes cargos no Poder Executivo das três esferas de Governo, adquirindo profundo conhecimento sobre as atividades internas da Administração Pública. Após aposentar-se, sem requerer inscrição nos quadros da OAB, estabelece serviço de consultoria jurídica, tendo angariado vários clientes desde o período da inauguração da sua atividade. De acordo com o narrado e observadas as normas estatutárias, assinale a afirmativa correta.**

(A) Dentre as atividades privativas do advogado incluem-se a postulação judicial e a assessoria jurídica, mas não a consultoria.

(B) O bacharel em Direito aposentado não tem vedado qualquer prática de atividade jurídica, mesmo não inscrito nos quadros da OAB.

(C) O advogado atua na atividade judicial pugnando pela defesa dos interesses dos seus clientes e na consultoria jurídica.

(D) As atividades privativas do advogado incluem a assessoria jurídica, a direção jurídica e a atuação nos Juizados Especiais.

**22. O advogado "Y", recém formado, diante da dificuldade em conseguir clientes, passa a distribuir panfletos em locais próximos aos fóruns da cidade onde reside, oferecendo seus serviços profissionais. Nos panfletos distribuídos por "Y" constam informações acerca da sua especialização técnico-científica, localização e telefones do seu escritório. Por outro lado, "Y" instalou placa na porta de seu escritório, na qual fez constar os valores cobrados por seus serviços profissionais, fixados, aliás, em patamares inferiores àqueles estipulados pela tabela de honorários da OAB. Quanto à conduta de "Y", assinale a afirmativa incorreta.**

(A) "Y" incorre em infração disciplinar, consistente na captação irregular de causas, ao distribuir panfletos ao público oferecendo seu serviço como advogado.

(B) "Y" viola dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, ao fixar honorários em valores inferiores aos estipulados na tabela de honorários da OAB.

(C) "Y" pode distribuir panfletos ao público, oferecendo seus serviços profissionais, desde que neles não conste sua especialização técnico-científica.

(D) "Y" viola dispositivo do Código de Ética e Disciplina da OAB, ao fazer constar de sua placa referências aos valores cobrados por seus serviços profissionais.

**23. João, advogado inscrito há muitos anos na OAB, decide candidatar-se, pelo quinto constitucional, ao cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal. Em razão dessa iniciativa, é submetido a exame curricular e sabatina perante o Conselho Federal da OAB. Após longo processo avaliatório, vem a ser escolhido para integrar a lista sêxtupla a ser remetida ao Tribunal Regional Federal. Diante dessa narrativa, à luz da legislação aplicável aos advogados, assinale a afirmativa correta.**

(A) O advogado, ao ser incluído em lista sêxtupla para integrar os quadros de tribunal, deve requerer licença para tratamento de questões particulares.

(B) O advogado que integra lista sêxtupla ou tríplice para ingresso pelo quinto constitucional pode continuar exercendo livremente suas atividades.

(C) O advogado que integra lista sêxtupla ou tríplice passa a ser considerado incompatibilizado para o exercício da advocacia.

(D) O advogado que pretende ingressar na magistratura pelo quinto constitucional passa a ser considerado impedido ao compor lista sêxtupla.

**24. José, general de brigada, entusiasmado com a opção do seu filho pelo curso de Direito, resolve acompanhá-lo nos estudos. Presta exame vestibular e matricula-se em outra instituição de ensino, também no curso de Direito. Ambos alcançam o período letivo em que há necessidade de realizar o estágio forense. José, desejando acompanhar seu filho nas atividades forenses nas horas de folga, vez que continua na ativa, agora como General de Divisão, requer o seu ingresso no quadro de estagiários da OAB. A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.**

(A) Militar não pode, enquanto permanecer na ativa, inscrever-se no quadro de advogados, mas se permite a ele a inscrição no quadro de estagiários.

(B) Militar não pode, enquanto na ativa, obter inscrição no quadro de advogados nem no quadro de estagiários.

(C) Militar da ativa pode atuar na Justiça Militar especializada, porque se inscreve no quadro especial de estagiários.

(D) Militar de alta patente pode obter inscrição tanto no quadro de estagiários como no de advogados, mediante permissão especial do Presidente da OAB.

**25. João é contratado para propor ação de cobrança pela sociedade M e P Ltda., em face da sociedade C e L Ltda., sendo o valor da causa, correspondente ao débito, de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Após iniciada a ação, mas antes do ato citatório, a sociedade autora vem a desistir da mesma. Houve contrato de honorários subscrito pelas partes aventando que, nesse caso, seriam devidos honorários fixos de R$ 10.000,00 (dez mil reais). A sociedade notificada regularmente não pagou os honorários contratuais. Nesse caso, o prazo para a prescrição da ação de cobrança de honorários passa a contar da data:**

(A) do trânsito em julgado da decisão judicial.

(B) da desistência judicial formulada.

(C) do término do mandato judicial.

(D) da ultimação do serviço judicial.

**26. João postulou, por meio de representação de advogado, ação condenatória em face da sociedade Cacos e Cacos Ltda., obtendo sentença favorável, condenando a ré ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), acrescida de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) de honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado da decisão judicial, João e seu advogado Pedro são cientificados de que a sociedade está falida, devendo os seus créditos sofrer procedimento de habilitação. Nesse caso, a natureza dos créditos correspondentes a honorários advocatícios, nos termos do Estatuto, é considerada como:**

(A) quirografária.

(B) real.

(C) privilegiada.

(D) natural.

**27. João é contratado para propor ação de cobrança pela sociedade M e P Ltda., em face da sociedade C e L Ltda., sendo o valor da causa, correspondente ao débito, de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Após iniciada a ação, mas antes do ato citatório, a sociedade autora vem a desistir da mesma. Houve contrato de honorários subscrito pelas partes aventando que, nesse caso, seriam devidos honorários fixos de R$ 10.000,00 (dez mil reais). A sociedade notificada regularmente não pagou os honorários contratuais. Nesse caso, o prazo para a prescrição da ação de cobrança de honorários passa a contar da data:**

(A) do trânsito em julgado da decisão judicial.

(B) da desistência judicial formulada.

(C) do término do mandato judicial.

(D) da ultimação do serviço judicial.

**28. Osvaldo é vereador do município "K" e ocupa cargo vinculado à Mesa da Câmara de Vereadores. Necessitando propor ação cominatória em face do seu vizinho Marcos, e sendo advogado, apresenta-se em Juízo postulando em causa própria. Nos termos das normas estatutárias, assinale a afirmativa correta.**

(A) A função de membro do Poder Legislativo impede o advogado de atuar, mesmo em causa própria.

(B) A eleição para a Mesa Diretora do Poder Legislativo impede o advogado de atuar, gerando uma incompatibilidade.

(C) O mandato de vereador não se inclui dentre as situações de incompatibilidade, ocupe ou não cargo na Mesa Diretora.

(D) As incompatibilidades dos membros do Poder Legislativo estão circunscritas aos integrantes do Senado e da Câmara dos Deputados Federal.

**29. Além de advogado, João é professor da Universidade pública "M", com natureza de autarquia, onde exerce as funções de coordenador acadêmico da graduação do Curso de Direito. Diante do prestígio acumulado, o seu escritório de advocacia vem a ter renome, atuando em diversas causas nas comarcas de influência da universidade. Essas circunstâncias indicam que o cargo ocupado pelo advogado seria um caso.**

(A) abrangido pelas normas que criam regras de incompatibilidade para administradores públicos.

(B) não previsto, vez que a atuação como dirigente de entidade pública é irrelevante para o sistema de incompatibilidades.

(C) excepcionado diante da característica que o vincularia ao magistério jurídico.

(D) incluído no rol de incompatibilidades por não permitir que o advogado exerça cargo administrativo nas universidades públicas.

**30. O advogado Rubem, em causa em que patrocina os interesses da sociedade Só Fácil Ltda., cita fatos delituosos, por escrito, contra a honra do réu, sem autorização do seu cliente. Dias depois, é surpreendido com ação criminal em virtude dos fatos apresentados no processo judicial.**

**A descrição acima amolda-se à seguinte infração disciplinar:**

(A) locupletar-se, por qualquer forma, à custa do cliente ou da parte adversa, por si ou interposta pessoa.

(B) incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional.

(C) prestar concurso a cliente ou a terceiro para realização de ato contrário à lei ou destinado a fraudá-la.

(D) fazer, em nome do constituinte, sem autorização escrita deste, imputação a terceiro de fato definido como crime.

**Direito e Processo Penal**

**31. Considerando as recentes alterações no Código Penal, julgue os itens abaixo, assinalando a opção INCORRETA.**

(A) As penas dos crimes de homicídio e de lesões corporais são aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade se os crimes forem praticados por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, ou por grupo de extermínio.

(B) Considera-se associação criminosa, a associação de 3 (três) ou mais pessoas para a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

(C) Constituir, organizar, integrar, manter ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos delitos previstos no Código Penal, caracteriza o crime de constituição de milícia privada.

(D) O Código Penal equiparou a falsificação de cartão de crédito ou de débito à falsificação de documento particular (art. 298).

**32. TÍCIO, com dezoito anos à época do fato, na companhia do amigo SEMPRÔNIO, com vinte e dois anos por ocasião do fato, furtaram R$ 100,00 (cem reais) da carteira do avô de TÍCIO, o qual contava, no dia do furto, em 07/12/2013, com 61 anos de idade. Sobre a responsabilização penal dos autores do fato, é correto afirmar:**

(A) TÍCIO responderá pelo delito de furto, assim como seu amigo SEMPRÔNIO, sendo que não haverá isenção de pena para qualquer um dos agentes.

(B) Haverá isenção de pena quanto a TÍCIO, por se tratar de descendente da vítima, circunstância que alcançará o amigo SEMPRÔNIO.

(C) TÍCIO ficará isento de pena, mas tal circunstância não alcançará o amigo SEMPRÔNIO.

(D) A responsabilização penal de ambos os agentes dependerá de representação da vítima.

**33. Assinale a alternativa incorreta:**

(A) No crime continuado, é utilizada a regra da exasperação, aplicando a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, aumentada de um sexto até metade.

(B) No concurso material, quando ao agente tiver sido aplicada pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será incabível a substituição por pena restritiva de direitos.

(C) Na hipótese de concurso formal próprio, a pena não poderá exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.

(D) Não é possível concurso formal impróprio entre crimes culposos.

**34. CAIO, médico, foi contratado por MÉVIA, gestante, para interromper sua gravidez. Durante as manobras e práticas abortivas CAIO constatou que MÉVIA não estava grávida. Contudo, as manobras abortivas manejadas por CAIO causaram lesões corporais em MÉVIA que a levaram à óbito três dias depois. Pergunta-se: qual o crime praticado por CAIO?**

(A) tentativa de aborto qualificado pelo resultado morte

(B) lesões corporais seguidas de morte

(C) homicídio culposo

(D) homicídio doloso

**35. EURICO foi acusado de praticar três estelionatos e um furto no decorrer de 2011. Pela prática de dois dos crimes estelionatos foi condenado definitivamente em 2012, e quanto ao outro crime de estelionato pende recurso da defesa. Pelo crime de furto foi condenado em 2013, a sentença condenatória transitou em julgado para a defesa e o Ministério Público recorreu. É possível afirmar, tendo em o Código Penal, que EURICO é:**

(A) reincidente específico em crime de estelionato, porque já tem duas condenações pela prática desse crime.

(B) reincidente específico em crime de estelionato, porque só transitou em julgado para as partes sentença condenatório relativo a crime de estelionato.

(C) reincidente, mas não específico, porque na reforma, de 1984, da Parte Geral do Código Penal, não foi adotada a figura da reincidência específica.

(D) primário, pois não consta tenha cometido novo crime após o trânsito em julgado de sentença penal que o tenha condenado por crime anterior.

**36. Com relação ao inquérito policial, marque a alternativa correta:**

(A) É indispensável a assistência de advogado ao indiciado, devendo ser observadas as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

(B) A instauração do inquérito policial é dispensável caso a acusação possua elementos suficientes para a propositura da ação penal.

(C) Trata-se de procedimento escrito, sigiloso, inquisitivo, informativo e disponível.

(D) A interceptação telefônica poderá ser determinada pela autoridade policial, no curso da investigação, de forma motivada e observados os requisitos legais.

**37. Assinale a alternativa incorreta:**

(A) Tratando-se de infração permanente, praticada em diversas comarcas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

(B) A regra de competência, quando se tratar de crime tentado, é o local onde foi praticado o último ato de execução.

(C) Não sendo conhecido o local da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima.

(D) Tratando-se de infração continuada, praticada em diversas comarcas, a competência firmar-se-á pela prevenção.

**38. No que se refere às disposições do CPP acerca da competência por conexão ou continência, assinale a opção incorreta.**

(A) A conexão e a continência no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores importarão separação de processos e de julgamento.

(B) No concurso entre a competência do júri e de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri.

(C) No concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá a jurisdição especial.

(D) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a militar.

**39. Marque a alternativa correta, com relação aos sujeitos da relação processual:**

(A) Ao órgão do Ministério Público incumbirá prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, podendo, para tal fim, requisitar a força pública.

(B) O juiz dar-se-á por suspeito e não poderá exercer a jurisdição no processo em que ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(C) Do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá recurso, devendo, entretanto, constar dos autos o pedido e a decisão.

(D) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida mesmo quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

**40. Nos processos dos Juizados Especiais Criminais, o interrogatório, na audiência única de instrução, debates e julgamento, são:**

(A) feito após serem inquiridas as testemunhas de acusação e de defesa.

(B) o primeiro ato após o recebimento da denúncia.

(C) feito após serem ouvidas as testemunhas de acusação e antes de serem ouvidas as testemunhas de defesa.

(D) feito antes de o Juiz receber a denúncia.

**Empresarial**

**41. Sobre a licença compulsória, assinale a afirmativa correta.**

(A) É a hipótese em que o Estado outorga o direito de patente ao autor da invenção sem a sua iniciativa.

(B) É cabível sua concessão se a comercialização não satisfizer às necessidades do mercado.

(C) Pode ser concedida com exclusividade, a critério do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

(D) É admitido o sublicenciamento, com a concordância prévia do licenciante.

**42. Com relação às sociedades anônimas, assinale a opção correta.**

(A) As ações preferenciais são sempre ações sem direito de voto e com prioridade no recebimento de dividendos fixos e cumulativos.

(B) A vantagem das ações preferenciais de companhia fechada pode consistir exclusivamente em prioridade no reembolso do capital.

(C) A primeira convocação de assembleia geral de companhia fechada deverá ser feita no prazo de 15 (quinze) dias antes de sua realização.

(D) O conselho de administração é órgão obrigatório em todas as sociedades anônimas fechadas, com capital autorizado e de economia mista.

**43. Fontoura Xavier sacou letra de câmbio à ordem no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em face de Sales Oliveira, pagável à vista na Praça de Itaocara, indicando como beneficiário Rezende Costa. Com base nos dados apresentados e na legislação sobre letra de câmbio, assinale a afirmativa INCORRETA.**

(A) O vencimento da letra de câmbio ocorrerá na data de sua apresentação pelo beneficiário ao sacado, Sales Oliveira.

(B) Se o sacador, Fontoura Xavier, inserir a cláusula “sem despesas” será facultativo o protesto por falta de pagamento.

(C) O beneficiário e portador, Rezende Costa, pode inserir no título a cláusula “não à ordem” antes de transferi-lo a terceiro.

(D) Se o sacador, Fontoura Xavier, inserir na letra de câmbio cláusula de juros e sua taxa, essa estipulação será considerada válida.

**44. Laranja da Terra Comércio de Frutas Ltda. requereu sua recuperação judicial e o pedido foi distribuído para a 2ª Vara Cível. A distribuição do pedido de recuperação produziu como efeito:**

(A) a nomeação pelo juiz do administrador judicial dentre os maiores credores da sociedade em recuperação judicial.

(B) a suspensão das ações e execuções ajuizadas anteriormente ao pedido em face do devedor por até 180 (cento e oitenta) dias.

(C) a proibição de alienação ou oneração de bens ou direitos do ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, ouvido o Comitê.

(D) o afastamento imediato dos administradores e sócios controladores da sociedade até a deliberação dos credores sobre o plano de recuperação.

**45. No contrato de alienação do estabelecimento da sociedade empresária Chaves & Cia Ltda., com sede em Theobroma, ficou pactuado que não haveria sub-rogação do adquirente nos contratos celebrados pelo alienante, em vigor na data da transferência, relativos ao fornecimento de matéria-prima para o exercício da empresa. Um dos sócios da sociedade empresária consulta sua advogada para saber se a estipulação é válida. Consoante as disposições legais sobre o estabelecimento, assinale a afirmativa correta.**

(A) A estipulação é nula, pois o contrato de alienação do estabelecimento não pode afastar a sub-rogação do adquirente nos contratos celebrados anteriormente para sua exploração.

(B) A estipulação é válida, pois o contrato de alienação do estabelecimento pode afastar a sub-rogação do adquirente nos contratos celebrados anteriormente para sua exploração.

(C) A estipulação é anulável, podendo os terceiros rescindir seus contratos com a sociedade empresária em até 90 (noventa) dias a contar da publicação da transferência.

(D) A estipulação é considerada não escrita, por desrespeitar norma de ordem pública que impõe a solidariedade entre alienante e adquirente pelas obrigações referentes ao estabelecimento.

**Direito e Processo Civil**

**46. São modalidades de citação ficta:**

(A) A citação por oficial de justiça e a citação por meio eletrônico.

(B) A citação com hora certa e a citação por oficial de justiça.

(C) A citação por via postal e a citação por edital.

(D) A citação com hora certa e a citação por edital.

**47. De acordo com o CPC, faz coisa julgada material:**

(A) A resolução de questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.

(B) A verdade dos fatos estabelecidos como fundamento da sentença.

(C) O motivo importante que determine o alcance da parte dispositiva da sentença.

(D) A apreciação de questão prejudicial decidida incidentalmente no processo.

**48. Com base na legislação processual civil, assinale a opção correta acerca da sentença.**

(A) É vedado ao juiz considerar, no momento de proferir sentença, fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito ocorrido depois da propositura da ação, ainda que influa no julgamento da lide.

(B) É permitido ao juiz, na sentença, condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

(C) O juiz pode modificar sentença já publicada para correção de erro material.

(D) A sentença deve ser certa, com exceção da hipótese em que se julga relação jurídica condicional.

**49. Assinale a opção correta com relação aos procedimentos cautelares específicos.**

(A) Na busca e apreensão, cabe audiência de justificação prévia.

(B) Os alimentos provisionais têm por finalidade prover o sustento definitivo da parte postulante.

(C) Denomina-se arresto a apreensão cautelar de bens com a finalidade de garantir futura execução para entrega de coisa certa.

(D) O sequestro é medida cautelar destinada a apreender tantos bens quantos forem necessários para garantir futura ação de execução.

**50. Assinale a opção correta a respeito do processo de execução.**

(A) Caracteriza-se a fraude de execução somente quando o devedor aliena bens durante o processo de execução.

(B) Caso o exequente proponha execução fundada em título extrajudicial sem que a petição inicial venha acompanhada dos documentos indispensáveis à sua propositura, o juiz deverá, de plano, indeferir o pedido, pois, no processo de execução, é incabível emenda à inicial.

(C) A legislação processual civil estabelece regime especial para a execução contra a fazenda pública, podendo o objeto ser o pagamento de quantia certa, o cumprimento de obrigação de fazer e não fazer ou a entrega de coisa.

(D) Constitui título executivo extrajudicial a certidão de dívida ativa da fazenda pública da União, dos estados, do DF, dos territórios e dos municípios correspondente a créditos devidamente inscritos na forma da lei.

**51. Acerca da Lei de Introdução do Código Civil e da vigência, aplicação e interpretação das leis, assinale a opção correta.**

(A) Iniciado o transcurso da *vacatio legis*, se, por qualquer motivo, ocorrer nova publicação do texto legal, o prazo de obrigatoriedade da lei contará da primeira publicação.

(B) A lei nova que estabelece disposições gerais revoga as leis especiais anteriores que dispuserem sobre a mesma matéria, pois não pode ocorrer conflito de leis, ou seja, uma mesma matéria não pode ser regida por diversas leis.

(C) Repristinação da lei é dar nova vigência a determinada lei, ou seja, uma lei que tiver sido revogada volta a viger por determinação expressa de uma nova lei.

(D) A lei tem vigência até que a outra lei a revogue, ou, então, até que a lei nova com ela seja incompatível. Nesse caso, ocorre a derrogação da lei, ou seja, a revogação integral de uma lei anterior por uma posterior.

**52. No que concerne aos defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta.**

(A) Para caracterizar a simulação, defeito sujeito à anulabilidade do negócio jurídico, exige-se que, na conduta do agente, além da intenção de violar dispositivo de lei, haja o desejo de prejudicar terceiros.

(B) Podem demandar a anulabilidade do negócio simulado o terceiro juridicamente interessado e o Ministério Público, sendo vedada aos simuladores a faculdade de alegar a simulação ou requerer em juízo a sua anulação, em litígio comum ou contra terceiros.

(C) A lesão é vício de consentimento que surge concomitantemente com o negócio e acarreta a sua anulabilidade, permitindo-se a revisão contratual para evitar a anulação, aproveitando-se, assim, o negócio.

(D) Se, na celebração do negócio, uma das partes induzir a erro a outra, levando-a a concluir a avença e assumir uma obrigação desproporcional à vantagem obtida pelo outro, esse negócio será nulo porque a manifestação de vontade emana de erro essencial e escusável.

**53. A respeito das pessoas naturais, assinale a opção correta.**

(A) A pessoa que possui plena capacidade de fato pode adquirir direitos e exercê-los por si mesma, sem necessidade de assistência ou representação.

(B) Os direitos da personalidade são inatos e permanentes, visto que nascem com a pessoa e a acompanham durante toda a sua existência até a sua morte, por isso não se reconhece lesão a direitos da personalidade se o suposto ofendido já for morto.

(C) Se duas pessoas falecerem ao mesmo tempo, sendo elas ascendentes e descendente uma da outra, presume-se que a mais velha precede a mais nova, por isso a pessoa mais nova recebe a herança deixada pela mais velha e, obedecida a vocação hereditária, transmite a herança a seus herdeiros.

(D) A pessoa portadora de deficiência mental grave e notória que não seja interditada pode dispor validamente de seus bens, pois, somente depois do trânsito em julgado da sentença de interdição, a pessoa perde a capacidade, necessitando, por isso, de representação.

**54. A respeito dos fatos, atos e negócios jurídicos, assinale a opção correta.**

(A) Só se admite a anulação do negócio jurídico celebrado mediante coação exercida por terceiro quando o beneficiário tiver sabido ou devesse saber da coação. Nesse caso, o beneficiário responde solidariamente com o terceiro pelas perdas e danos causados à vítima.

(B) Configura-se estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da contraprestação da outra parte.

(C) O dolo acidental é um vício social e, por afetar a manifestação da vontade do agente, provoca a anulação do negócio jurídico, ainda que a parte a quem aproveite não tenha nem deva ter conhecimento dele.

(D) No negócio jurídico, considera-se condição a cláusula que, derivada exclusivamente da vontade de uma das partes, subordina a existência ou o efeito do negócio a evento futuro, certo e predeterminado.

**55. Com referência a prescrição e decadência, assinale a opção correta.**

(A) A renúncia da prescrição, expressa ou tácita, pode ser feita antes ou depois que ela se consumar, mas só produz os seus efeitos se não prejudicar diretos de terceiros.

(B) Quando o prazo prescricional se inicia com o autor da herança, aquele recomeça a correr contra o seu sucessor, pois a morte é uma das causas da suspensão da prescrição do exercício de ação que envolva direito patrimonial.

(C) Nas obrigações divisíveis e nas indivisíveis, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários deve aproveitar os outros credores.

(D) Tratando-se de prazo decadencial estabelecido em lei, por ser matéria de ordem pública, o juiz deve reconhecê-lo de ofício, independentemente de arguição da parte interessada.

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. No contexto da teoria das nulidades do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.**

(A) configurado o trabalho ilícito, é devido ao empregado somente o pagamento da contraprestação salarial pactuada.

(B) os trabalhos noturno, perigoso e insalubre do menor de 18 (dezoito) anos de idade são modalidades de trabalho proibido ou irregular.

(C) o trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos de idade, que não seja aprendiz, é modalidade de trabalho ilícito, não gerando qualquer efeito.

(D) a falta de anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado invalida o contrato de trabalho.

**57. No tocante às horas *in itinere*, considere:**

**I. Afasta o direito às horas *in itinere* o fato do empregador não cobrar pelo fornecimento do transporte para local de difícil acesso.**

**II. A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento das horas *in itinere*.**

**III. A Consolidação das Leis do Trabalho, permite o desconto de 10% dos gastos com transporte do empregado quando do pagamento das horas *in itinere*.**

**IV. Se o transporte regular existir, mas em horário incompatível com a jornada de trabalho do obreiro, este terá direito ao pagamento das horas *in itinere*.**

**Está correto o que se afirma APENAS em:**

(A) I e IV.

(B) II.

(C) II e III.

(D) IV.

**58. Com relação ao intervalo para repouso e alimentação, assinale a alternativa INCORRETA:**

(A) A garantia ao intervalo intrajornada, prevista no art. 71 da CLT, por constituir-se em medida de higiene, saúde e segurança do empregado, não é aplicável ao ferroviário maquinista integrante da categoria "c" (equipagem de trem em geral), vez que há clara incompatibilidade entre as regras inscritas nos arts. 71, § 4º, e 238, § 5º, da CLT.

A não concessão do intervalo para repouso e alimentação implica em mera sanção administrativa, com imposição de multa ao empregador.

(B) Em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo de no mínimo uma hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, de no máximo duas horas.

(C) Não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar de quatro horas.

(D) Os intervalos para repouso e alimentação previstos na Consolidação das Leis do Trabalho não serão computados na duração do trabalho.

**59. Com relação às estabilidades e às garantias provisórias de emprego, é correto afirmar que:**

(A) o desconhecimento do estado gravídico pelo empregador afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.

(B) a empregada gestante não tem direito à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência.

(C) é assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo legal, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.

(D) o registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio não obsta a estabilidade sindical, porque ainda vigente o contrato de trabalho.

**60. O aviso prévio:**

(A) é computado no tempo de serviço do empregado, incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento, observando-se as regras do Código Civil.

(B) não sofre incidência de gorjetas e das gratificações semestrais.

(C) é devido na sua integralidade na dissolução do contrato de trabalho por culpa recíproca.

(D) poderá ser concedido ao empregado no curso de estabilidade provisória exatamente por não possuir a estabilidade em caráter definitivo.

**61. Sobre o sistema recursal trabalhista, é correto afirmar que:**

(A) as decisões interlocutórias são irrecorríveis.

(B) os recursos são interpostos por mera petição no prazo comum de 8 (oito) dias e serão recebidos com o duplo efeito, devolutivo e suspensivo.

(C) o Agravo de Instrumento é cabível contra a decisão que denega a interposição de recurso e deve ser apresentado diretamente no Tribunal competente para o julgamento do recurso denegado.

(D) das decisões proferidas em execução, inclusive a sentença que julga os embargos do devedor, o recurso cabível é o Agravo de Petição.

**62. Conforme legislação específica em relação às audiências trabalhistas, o comparecimento das partes e as consequências de suas ausências, é INCORRETO afirmar:**

(A) Nas audiências trabalhistas é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente.

(B) O não comparecimento do reclamante à primeira audiência designada como Una importa na confissão quanto à matéria fática, não ocorrendo o arquivamento da ação.

(C) O não comparecimento do reclamado à primeira audiência designada como Una importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.

(D) Se por doença ou qualquer outro motivo, devidamente comprovado, não for possível ao empregado comparecer pessoalmente na audiência, poderá fazer-se representar por outro empregado que pertença à mesma profissão, ou pelo seu sindicato.

**63. A CLT possui regras específicas sobre as provas. Dentre elas, marque a alternativa CORRETA:**

(A) as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação, sendo que as que não comparecerem não serão ouvidas, ainda que seja requerido pela parte a intimação das ausentes.

(B) o juiz nomeará perito em caso de haver matéria técnica, não sendo facultado às partes indicação de assistentes técnicos em razão da celeridade processual que deve ser aplicada ao Processo do Trabalho.

(C) o documento oferecido para prova só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, não podendo ser declarado autêntico pelo próprio advogado, diante da sua parcialidade.

(D) as testemunhas não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.

**64. A CLT apresenta normas específicas sobre atos, termos e prazos processuais a serem observados nos dissídios individuais trabalhistas. A esse respeito é correto afirmar que:**

(A) nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas do processo judiciário do trabalho.

(B) os atos processuais serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 18 horas.

(C) os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação, que deverá ocorrer até o encerramento do juízo conciliatório.

(D) os prazos processuais que se vencerem em sábado, domingo ou feriado, não serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

**65. No que diz respeito ao mandado de segurança, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) constitui direito líquido e certo do empregador a suspensão do empregado, ainda que este seja detentor de estabilidade sindical, até a decisão final do inquérito em que se apure falta grave a ele imputada.

(B) A concessão de liminar ou a homologação de acordo constituem faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

(C) Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo.

(D) Em se tratando de execução provisória, fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, pois o executado tem direito a que a execução se processe da forma que lhe seja menos gravosa, nos termos do art. 620 do CPC.

**Direito Tributário**

**66. Promove a extinção do crédito tributário relativo a imposto devido por contribuinte:**

(A) o depósito do montante integral da dívida, se efetuado em ação promovida pelo contribuinte.

(B) o advento de lei que crie isenção relativa ao referido imposto.

(C) o advento de lei que estabeleça anistia relativa ao referido imposto.

(D) a conversão, caso sobrevenha, de depósito em renda pública.

**67. De acordo com o Código Tributário Nacional, aplica-se retroativamente a lei tributária na hipótese de:**

(A) analogia, quando esta favorecer o contribuinte.

(B) extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.

(C) graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.

(D) ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.

**68. O emprego da analogia, em matéria tributária, resultará na:**

(A) majoração de tributo.

(B) instituição de tributo.

(C) exclusão do crédito tributário.

(D) impossibilidade de exigência de tributo não previsto em lei.

**69. Conforme a Constituição Federal, o veículo legislativo adequado para dispor sobre conflitos de competência entre os entes políticos em matéria tributária é a:**

(A) medida provisória.

(B) lei complementar.

(C) emenda constitucional.

(D) lei ordinária.

**70. Visando fomentar a indústria brasileira, uma nova lei, publicada em 18/02/2010, majorou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), bem como majorou a alíquota do Imposto sobre Exportação (IE).**

**A partir de que data a nova alíquota poderá ser exigida para o IPI e para o IE?**

(A) Imediatamente para ambos.

(B) No exercício financeiro seguinte para ambos.

(C) 90 dias após a publicação da lei para o IPI e imediatamente para o IE.

(D) 90 dias após o exercício financeiro seguinte para o IPI e no exercício financeiro seguinte para o IE.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÃO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |